

## ATA DA XXVI REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA - REALIZADA EM MACEIÓ/AL 20 E 21 DE NOVEMBRO DE 2014

1 Aos vinte dias do mês de novembro de 2014, as 9h00, reuniu-se ordinariamente o Comitê da Bacia Hidrográfica  
2 do Rio São Francisco - CBHSF, no Auditório do Meridiano Hotel, situado na Av. Dr. Antônio Gouvêa, nº 677,  
3 Pajuçara, Maceió/AL. **Participaram os seguintes membros titulares:** Ana Paula Leal, EMBASA – Empresa  
4 Baiana de Águas e Saneamento; Valeska Cavalcante da Costa, CASAL – Companhia de Saneamento de  
5 Alagoas; Wagner Soares Costa, FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais; Jadir Silva de  
6 Oliveira, SINDAÇUCAR – Sindicato da Indústria de Fabricação do Alcool no Estado de Minas Gerais; Rafael  
7 Araújo de Souza Coelho – Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco, FIEPE; Adson Roberto Ribeiro  
8 – Associação da Bacia do São Pedro; José Cisino Menezes Lopes, AIBA – Associação dos Agricultores e  
9 Irrigantes da Bahia; Ednaldo de Castro Campos, AFAF – Associação dos Fruticultores da Adutora da Fonte;  
10 Heron Ouriques Gomes, UNIVALE – Associação dos Produtores Rurais Irrigantes do Vale do Moxotó; Israel  
11 Barreto Cardoso – Ass. dos Proprietários Condutores de Barcos da Ilha do Rodeadouro; Domingos Márcio  
12 Matos – Colônia de Pescadores Z-60 de Juazeiro; José Maciel Nunes de Oliveira, FEPEAL – Federação dos  
13 Pescadores do Estados de Alagoas; Renato Junio Constâncio, CEMIG – Companhia Energética de Minas  
14 Gerais; Lessandro Gabriel da Costa, ASF – Associação Ambientalista do Alto São Francisco; Silvia Freedman  
15 Ruas Durães – Instituto Opará; José Valter Alves – Associação Comunitária Sobradinho II; José de Castro  
16 Procópio – Instituto Guaicuy; Johann Gnadlinger, IRPAA – Instituto Regional da Pequena Agropecuária  
17 Apropriada; Elias da Silva, ADESSUS – Associação de Desenvolvimento Sustentável; Anivaldo de Miranda  
18 Pinto, FDA – Fórum de Defesa Ambiental; Rosa Cecília Lima, OSCATMA – Organização Sociocultural Amigos  
19 do Turismo e Meio Ambiente; Almacks Luiz da Silva – Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da  
20 Diamantina; Márcio Tadeu Pedrosa, ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental Seção  
21 Minas Gerais; Aluísio Ferreira Gomes – Autarquia Educacional do Vale do São Francisco; Melchior Carlos do  
22 Nascimento, UFAL – Universidade Federal de Alagoas; Tobias Basílio São Mateus, OAB/SE - Ordem dos  
23 Advogados do Brasil; Cláudio Pereira da Solva – Associação dos Quilombolas da Lagoa das Piranhas; Manoel  
24 Uilton dos Santos – Tuxá Rodelas; Iveraldo Pereira Junior – Fulni-ô; Astácio Correia Neto – Prefeitura Municipal  
25 de Lagoa da Prata/MG; Luciano de Sousa Lino – Prefeitura Municipal de Pompéu/MG; Fernanda de Cássia  
26 Aguiar – Prefeitura Municipal de Luiz Eduardo Magalhães/BA; Claudionor Viera de Melo – Prefeitura Municipal  
27 de Cedro de São João/SE; Antônio Valadares de Souza Filho, SRHE – Secretaria de Recursos Hídricos e  
28 Energéticos de Pernambuco; José Luiz de Souza, MI – Ministério da Integração Nacional; Renato Dalla Lana,  
29 MME – Ministério de Minas e Energia; Marcos Antônio Pereira de Oliveira Silva, MPOG – Ministério do  
30 Planejamento, Orçamento e Gestão. **Participaram os seguintes membros suplentes:** Eduardo Luiz Rigotto,  
31 COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais; Antônio José Machado Rocha – Condomínio de  
32 Irrigação Paracatu Entre Ribeiros; Breno Esteves Lasmar, SEMAD – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e  
33 Desenvolvimento Sustentável; Igor de Oliveira Galindo, COMPESA – Companhia Pernambucana de  
34 Saneamento; Luiz Alberto Rodrigues Dourado – Associação dos Condutores de visitantes do Morro do Chapéu;  
35 Sonáli Cavalcanti Oliveira, CHESF- Companhia Hidro Elétrica do São Francisco; Antônio Eustáquio Viera,  
36 MOVER – Movimento Verde Paracatu; Wilson José da Silva, AMAPAR – Associação dos Municípios da  
37 Microrregião do Alto Paranaíba; Ana Catarina Pires Azevedo Lopes, ABES – Associação Brasileira de  
38 Engenharia Sanitária e Ambiental Seção Alagoas; Cristiano Dias Carneiro, Prefeitura Municipal de Itaúna/MG;  
39 Adenilson Rodrigues Rubim – Prefeitura Municipal Três Marias/MG; José Coimbra Patriota – Prefeitura de  
40 Afogados da Ingazeira/PE; Antônio Jackson Borges Lima – Prefeitura Municipal de Penedo/AL; Edison Ribeiro,  
41 SEMA – Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia; José Roberto Valois Lobo, SRH – Superintendência  
42 de Recursos Hídricos do Estados de Alagoas; Pedro de Araújo Lessa, SEMARH – Secretaria de Meio Ambiente  
43 e dos Recursos Hídricos de Sergipe; Athadeu Ferreira da Silva, CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento  
44 dos Vales do São Francisco e Parnaíba; Larissa Alves da Silva Rosa, MMA – Ministério do Meio Ambiente;  
45 Carlos Roberto dos Santos, FUNAI – Fundação Nacional do Índio. **Participaram também:** Jonas Celso Maria  
46 de Brito – Prefeitura de Pesqueira; Alberto Simon, Luciana Rodrigues, Ana Cristina da Silveira, Célia Frões,  
47 Juliana Araújo, Ohany Ferreira - AGB Peixe Vivo; Ricardo Coelho, Delane, Wilton Mercês, Antônio Moreno –  
48 CDLJ Publicidade; Célio Costa Pinto – IBAMA; Carlos Eduardo – CBH Doce ; Felipe Pedro – CBH S20; Rafael  
49 Lopes Queiroz; Marcia Maria Moraes – UFPE; Hideraldo Buch – CBH- GD8; Victor Sucupira – ANA – Agência  
50 Nacional de Águas; Cássia Juliana Torres – UFBA; Heráclito Oliveira de Azevedo – Secretaria Municipal Meio  
51 Ambiente; Andrea Fontes – UFRB; Yvonilde Medeiros – UFBA; Emilio Santiago – NEMUS; Sirléia Drumond –  
52 CBH Jequitai/Pacui; Rodolpho Ramina – Consultor CBHSF; Douglas Falcão Wanderley – CHESF; João Paulo –  
53 APAC; Ricardo Costa de Oliveira – ASF/CBHSF1; Patrícia Maia Silva – CHE8F; Paulo Eduardo Gomes Martins;  
54 Pedro Bettécourt - NEMUS; Lincoln Alves – INPE; Ralim Dias – SAAE; Marcos Ferreira – SAAE/ITAÚNA;

## ATA DA XXVI REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA - REALIZADA EM MACEIÓ/AL 20 E 21 DE NOVEMBRO DE 2014

55 Gesner Junior – GESOIS; Afonso Henrique – FNCBH; Thiago Sampaio; Davyd Faria; Roberto Faria –  
56 SEMARH/AL; Luciana Khoury – Ministério Público da Bahia. A reunião iniciou com a cerimônia de abertura,  
57 informe sobre o tema da Plenária: “Agonia do São Francisco: Escassez de Governança” e composição da mesa  
58 com o Sr. Anivaldo Miranda, presidente do CBHSF, Sr. Arthur Ferreira, secretário de estado do Meio Ambiente  
59 e Recursos Hídricos de Alagoas, Dra. Lavínia Fragoso, Ministério Público de Alagoas, Dra. Raquel Teixeira do  
60 Ministério Público Federal, Sr. Wagner Soares, vice-presidente do CBHSF, Sr. Maciel Oliveira, secretário do  
61 CBHSF, Sr. Márcio Pedrosa, coordenador da CCR Alto São Francisco, Sr. Cláudio Pereira, coordenador da  
62 CCR Médio São Francisco, Manoel Uilton Tuxá, coordenador da CCR Submédio São Francisco e Sr. Afonso  
63 Henrique, coordenador do Fórum Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas. Com a palavra, o presidente  
64 do CBHSF, Sr. Anivaldo Miranda, declara aberta a vigésima sexta reunião plenária ordinária do CBHSF e  
65 convida a todos a ouvir o hino nacional. Após a execução do hino, o presidente dá continuidade agradecendo a  
66 presença de todos e cumprimenta a todos os integrantes da mesa, fala sobre o tema da reunião que foi  
67 escolhido para refletir o momento que a bacia está vivendo. Diz ainda que a convivência com a escassez de  
68 água não é novidade na bacia do rio São Francisco e que há uma tendência de achar que tudo é produto da  
69 questão climática, mas se não houver gestão não adianta. O que foi feito para efetivamente nos adaptar a  
70 esses novos momentos. A velocidade que a crise ambiental se agrava é muito maior do que a velocidade que o  
71 ser humano consegue deter. Hoje exigimos desse planeta recursos naturais que são limitados. Fala que a  
72 humanidade está em um momento de mutação antropológica, com todas essas revoluções da informática. Ao  
73 sermos irresponsáveis com a gestão das coisas naturais estamos ameaçando as outras espécies, esquecendo  
74 que fazemos parte desta cadeia. Devemos partir de imediato para um Pacto das Águas, não basta aquela  
75 forma tradicional que nós vínhamos fazendo, vale para o Brasil inteiro. Diz que o CBHSF está se preparando  
76 para a construção de uma plataforma de horizontes. O CBHSF e a ANA - Agência Nacional de Águas, não  
77 podem ficar apenas na disfunção de administrar a crise hoje, precisamos ver o horizonte a médio e longo prazo.  
78 É necessário ter um protocolo muito claro para todos os usuários, sobre como agir em tempos de escassez. Os  
79 Estados também precisam participar deste debate. Fala que pela primeira vez o Encontro Nacional de Comitês  
80 de Bacias vai discutir a crise do sistema sob a ótica dos comitês. Fala que comitê é um espaço que poderá  
81 salvar o Brasil no que diz respeito a uma estrutura moderna, eficiente, à altura dos desafios. Reitera a questão  
82 da construção da plataforma, que aponta para o pacto das águas, para revisão do sistema de outorga, para a  
83 necessidade de mudança do modelo e matriz energética na bacia do São Francisco. Encerra dizendo que a  
84 natureza não precisa ser salva e sim a raça humana. Convida os integrantes da mesa para fazerem seu  
85 pronunciamento. Com a palavra, o Secretário de Estado de Alagoas, Sr. Arthur Ferreira, parabeniza os  
86 presentes pelo trabalho. Fala da importância deste momento de crise hídrica que o país está passando e diz  
87 que o Estado está, na medida do possível, tentando apoiar todas as ações para proteger o rio. Coloca-se à  
88 disposição para qualquer providência que for necessária. Cláudio Pereira, coordenador da CCR Médio São  
89 Francisco aproveita a oportunidade para falar do dia nacional da consciência negra. Fala que foi morto no  
90 estado de Alagoas, o maior líder da comunidade negra, Zumbi dos Palmares. Diz que a terra foi tirada dos  
91 índios e dos negros que nela trabalhavam, mas não tinham dinheiro para adquiri-las e foi dada a outros. O povo  
92 que trabalhou e construiu esse Brasil ficou a mercê do destino. É da terra que os negros brasileiros tiram seu  
93 sustento, constroem suas casas e estradas, suas riquezas. A lei fala que todos são iguais, mas o processo de  
94 construção do país foi feito de maneira desigual e por isso todos os brasileiros tem uma dívida muito grande  
95 com o povo negro e o indígena. Esse povo, que tem a natureza como dom primordial para manutenção da vida,  
96 precisa ser olhado com olhos diferentes. Encerra agradecendo a todos e pede uma salva de palmas para Zumbi  
97 dos Palmares. Após a fala do coordenador da CCR Médio, a mesa foi desfeita e foi registrada a presença da  
98 Dra. Luciana Khoury, do Ministério Público da Bahia. Na sequência, o secretário do CBHSF, Sr. Maciel Oliveira,  
99 pede que seja incluído na pauta a aprovação de uma deliberação, em caráter de urgência, baseado no  
100 parágrafo 2º, do art. 18º, do Regimento Interno, a deliberação *ad referendum* do plenário sobre o Terceiro  
101 Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 014/ANA/2010, celebrado entre a ANA e a AGB Peixe Vivo. Inclusão  
102 na pauta aprovada por unanimidade. Em seguida, passa ao item de aprovação da ata da XXV plenária ordinária  
103 do CBHSF. Após ajustes na redação a ata é aprovada por unanimidade. Foi acordado que a partir de agora as  
104 sugestões de melhoria das atas serão encaminhadas previamente por e-mail para que a secretaria do comitê já  
105 inclua e também verifique a gravação. Na sequência, convida o Sr. Lincoln Alves, pesquisador do Instituto  
106 Nacional de Pesquisas Espaciais para proferir a palestra sobre os efeitos dos extremos climáticos no contexto  
107 da bacia hidrográfica do rio São Francisco, perspectivas de 2015 - 2020. O Sr. Lincoln agradece o convite e fala  
108 que o Brasil se contextualiza dentro de um cenário potencialmente vulnerável em relação aos efeitos climáticos,

## ATA DA XXVI REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA - REALIZADA EM MACEIÓ/AL 20 E 21 DE NOVEMBRO DE 2014

109 pois possui um alto índice de pobreza e desigualdade social. Explica sobre a questão do clima dentro da  
110 variação climática, dos extremos climáticos, algumas evidências de mudanças climáticas, cenários futuros e  
111 perspectivas futuras. Após a palestra, foi convidado o Sr. Rodolpho Ramina para proferir a palestra sobre a  
112 crise hídrica e os usos múltiplos na bacia hidrográfica do rio São Francisco. Com a palavra, o Sr. Rodolpho  
113 Ramina agradece o convite e informa que foi contratado pelo CBHSF para fazer uma consultoria sobre a  
114 questão de conflitos dos usos de água na bacia e usos múltiplos. Inicia sua apresentação falando um pouco  
115 sobre geologia da bacia. Explica que o setor elétrico instala suas hidrelétricas onde as vazões são maiores com  
116 maior benefício energético possível. Informa que Sobradinho/BA é o terceiro maior reservatório do país,  
117 portanto é extremamente importante para o setor elétrico não só porque ele tem uma potência instalada muito  
118 grande, mas também regulariza a vazão das usinas à jusante. Ele é crítico para o setor elétrico nacional, não  
119 apenas regional. Fala que a estratégia de operação dos reservatórios do setor elétrico no rio São Francisco tem  
120 criado alguns impactos, que são: imprevisibilidade dos níveis d'água nos trechos de rio devido às variações de  
121 vazões turbinadas pelas usinas; redução das vazões praticada durante feriados e finais de semana –  
122 especialmente em situações de seca, Inversão do regime natural de cheias e estiagens; pressão do ONS para  
123 que seja revista a restrição operacional de vazão mínima à jusante de Sobradinho, passando dos atuais 1.300  
124 m<sup>3</sup>/s e reduzindo para até 900 m<sup>3</sup>/s e racionalidade global versus racionalidade local. A racionalidade local são  
125 as vazões ambientais, as prioridades locais para manutenção da fauna e flora, o modo de vida dos ribeirinhos,  
126 das comunidades tradicionais, ou seja, tem um conflito entre a racionalidade global que é a do setor elétrico  
127 com as racionalidades locais. Todos os usos e usuários têm seus objetivos e normalmente conflitam. A  
128 operação dos reservatórios é algo tecnicamente complexo - grandes investimentos, operação complexa;  
129 institucionalmente complexo - multiplicidade de agentes, superposição de funções e de níveis; politicamente  
130 complexo - contradições entre os usos; ambientalmente complexo - características locais (hidrologia, geologia,  
131 solos); variabilidade climática crescente - secas recorrentes; demandas crescentes - novos projetos,  
132 transposição e imprevisibilidade. Cita que a complexidade da gestão dos conflitos é prevista na Lei nº 9.433/97.  
133 Fala que a redução de vazão, que era para ocorrer em casos excepcionais, se tornou recorrente. Explica que  
134 as vazões na bacia incremental de Sobradinho vêm diminuindo desde 1995 e o problema está entre Três  
135 Marias/MG e Sobradinho/BA. Fala do crescimento da demanda rural por energia e água no oeste da Bahia. Diz  
136 que pôde observar uma brutal mudança do solo e uso intensivíssimo de água. Fala que o cenário que temos  
137 corresponde ao Novo Chico, que tem geração de energia elétrica, que tem a maior fronteira de expansão  
138 agrícola do país, que paga parte da conta da balança comercial. Fala ainda que o problema do rio não é de  
139 vazão e sim de nível. Encerra explanando sobre as compensações de curto e longo prazo, explicando a  
140 diferença entre a ecovazão e os requisitos ambientais e informando que o setor elétrico está operando fora da  
141 racionalidade do rio para utilizar para seu benefício e é o rio que está pagando por isso. Após as palestras foi  
142 aberto espaço para esclarecimentos e debate. O presidente do CBHSF foi convidado a fazer a mediação do  
143 debate, como também foi convidado o secretário do CBHSF e os palestrantes para comporem a mesa. O Sr.  
144 Anivaldo Miranda diz que, caso necessário, irá propor para que em 2015 seja realizado um grande seminário  
145 sobre o assunto. Com a palavra, o Sr. Pedro Lessa solicita que seja verificado a cota de fundo, linha d'água.  
146 Fala que o Baixo São Francisco começa a partir da queda d'água de Paulo Afonso/BA. O Sr. José Cisino fala  
147 que ocorreram grandes equívocos em relação a alguns dados apresentados relativos ao setor de agricultura.  
148 Diz que o maior consumo de energia da região é da indústria. O Sr. Wagner Soares diz que não existe  
149 confronto e sim uma solução compartilhada. Após diversas discussões e esclarecimentos, o presidente do  
150 CBHSF passa a palavra para o Sr. Afonso Henrique, presidente do Fórum Nacional de Comitês de Bacias, que  
151 agradece ao CBHSF pelo apoio ao ENCOB que será realizado na próxima semana em Maceió/AL. Na  
152 sequência, Maciel Oliveira passa a palavra para a Prof. Yvonilde Medeiros, da UFBA, para apresentar os  
153 estudos sobre as vazões ambientais do baixo trecho do rio São Francisco. Fala que o impacto das usinas  
154 hidrelétricas transforma o comportamento do rio, muda o regime do rio e os impactos que estão relacionados  
155 com esse comportamento são muito maiores do que simplesmente a redução de vazão, são modificações que  
156 não acontecem de imediato. Reitera que, com ou sem mudanças climáticas, vivemos hoje um momento de  
157 grande complexidade para fazer a gestão das bacias hidrográficas. Diz que a legislação coloca o centro no ser  
158 humano, e em momento quase nenhum se refere ao meio ambiente. Diz que não se tem uma escassez de  
159 governança, mas sim de uma governança efetiva. Fala da ausência de informações, um banco de dados dos  
160 órgãos gestores. Essa pobreza de dados de qualidade de água não permite, por exemplo, fazer o  
161 enquadramento, definir metas de qualidade de água. Define vazão ambiental como a quantidade de água  
162 necessária para manter o ecossistema em quantidade e qualidade, a sazonalidade, a variabilidade, para manter

## ATA DA XXVI REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA - REALIZADA EM MACEIÓ/AL 20 E 21 DE NOVEMBRO DE 2014

163 os componentes e processos dos ecossistemas aquáticos. Fala que o processo de avaliação da vazão  
164 ambiental requer uma decisão da sociedade sobre o estado no qual o ecossistema deve ser mantido. Na  
165 sequência fala sobre o projeto que tem como objetivo estimar os impactos hidrológicos da implantação do  
166 hidrograma ambiental no baixo São Francisco com base na metodologia *Building Block Methodology*, que é  
167 uma metodologia holística. Mostra a vazão ambiental em ano normal e ano seco. Fala que a criação de parques  
168 ao longo dos rios e proteção dos berçários naturais das espécies de peixes com manutenção de pulsos de  
169 inundação mínimos são importantes ferramentas para a conservação das populações afetadas e  
170 consequentemente incremento da pesca no rio São Francisco. Finaliza dizendo que o meio ambiente não  
171 sobrevive com a vazão mínima. Após a apresentação, o secretário do CBHSF solicita que Luiz Dourado e  
172 Breno Lasmar, integrantes da CTIL do CBHSF, o auxiliassem nos próximos pontos de pauta relativos a  
173 aprovação de deliberações. Após explicações, discussões e alterações de redação a deliberação que disciplina  
174 as ações de apoio do CBHSF com recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos e a deliberação que  
175 disciplina o processo administrativo de conflito pelo uso de recursos hídricos foram aprovadas por unanimidade.  
176 Na sequência, Maciel Oliveira passa para o próximo item de pauta e explica que esta apresentação é para que  
177 o plenário saiba como está sendo investido o recurso da cobrança com as ações da FPI – Fiscalização  
178 Preventiva Integrada. A Dra. Luciana Khoury, promotora de justiça do Ministério Público da Bahia, agradece o  
179 apoio do comitê e fala sobre o programa, que é continuado, desenvolvido desde 2002 na Bahia e em 2014 em  
180 Alagoas, pelos órgãos federais e estaduais de fiscalização ambiental, bem como pelas polícias e Ministérios  
181 Públicos voltados para a defesa da sociedade, do meio ambiente, patrimônio cultural, defesa das comunidades  
182 tradicionais e da saúde na bacia do Rio São Francisco. Explica que o programa da FPI se desenvolve em  
183 quatro fases: Planejamento, Execução das Atividades, Audiência Pública e Desdobramentos como atividades  
184 de educação ambiental, responsabilização cível e criminal e implementação de políticas públicas. O apoio dado  
185 pelo CBHSF tem como objetivo fortalecer as ações da FPI como custeio de diárias dos policiais, servidores e  
186 colaboradores eventuais, locação de veículo para transporte dos policiais, publicação do manual jurídico da FPI,  
187 hospedagem e alimentação de membros da sociedade civil para o curso Construindo Consciência Ambiental e  
188 aquisição de material de divulgação. Para finalizar, informa que será publicado um livro com a metodologia  
189 aplicada ao FPI. Agradece a todos e passa a palavra para o Dr. Alberto Fonseca que informa que o CBHSF  
190 auxiliou nas ações da FPI de Irecê, Barreiras, Santa Maria da Vitória, Jacobina e Guanambi, estado da Bahia.  
191 Apresenta os resultados das ações do FPI como apreensão de 17 armas de fogo, 227 munições, 13 veículos,  
192 320 Kg de pescado, 02 aviões, 04 motosserras, 7 pessoas presas, interdição de 02 matadouros clandestinos,  
193 dentre outros. Explana sobre o Curso Construindo Consciência Ambiental. Maciel Oliveira agradece e passa a  
194 palavra para Dra. Lavignia Fragoso, promotora de justiça do Ministério Público de Alagoas, que faz uma breve  
195 retrospectiva da FPI em Alagoas. Agradece ao CBHSF pelo apoio, pois tornou a FPI uma realidade no estado.  
196 Fala que a FPI é uma operação que reúne 22 órgãos federais e estaduais em Alagoas trabalhando para a  
197 revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco. Informa que foi criado um site, hospedado dentro do  
198 site do Ministério Público, em que qualquer cidadão pode ter acesso a tudo o que está sendo realizado durante  
199 a operação. Em 2014 foram 13 municípios contemplados. Diz ainda que conta com o apoio muito grande do  
200 Ministério Público da Bahia. Expõe os problemas constatados durante a fiscalização e as recomendações. Após  
201 as explanações, Luiz Dourado pede que o Ministério Público da Bahia faça uma fiscalização no município de  
202 Casa Nova/BA. Na sequência, o presidente do CBHSF agradece a presença da Sra. Célia do IBAMA da Bahia,  
203 agradece também aos promotores presentes e informa que irá sugerir um encontro dos procuradores da  
204 república no contexto da bacia para o próximo ano. O plenário solicita, devido ao avançar da hora, que os  
205 pontos de pauta relativos à apresentação da AGB Peixe Vivo e da empresa NEMUS sejam transferidos para o  
206 dia seguinte. Na sequência, passa para a aprovação da deliberação que dispõe sobre o calendário das  
207 atividades do CBHSF para 2015. Deliberação aprovada por unanimidade. Em seguida, o secretário do CBHSF  
208 coloca em aprovação a deliberação *ad referendum*. Explica que a ANA, depois de negociações com o  
209 presidente Anivaldo, irá repassar novamente o dote, recurso para ser usado em despesas administrativas.  
210 Explica que os documentos relativos à plenária já tinham sido enviados, não existindo tempo hábil para o envio  
211 desta deliberação. Com a palavra, Victor Sucupira, da ANA, explana sobre a negociação e explica que o termo  
212 aditivo foi construído rapidamente e não altera o contrato. A única coisa que ele faz é acrescentar na cláusula  
213 respectiva o recurso adicional de um milhão, cento e cinquenta mil reais. A proposta foi para o jurídico da ANA  
214 que concordou, desde que o comitê aprovasse, por isso essa deliberação. Após explicações a deliberação foi  
215 aprovada por unanimidade. O secretário do comitê informa que todos os membros devem responder ao  
216 questionário anual relativo ao Contrato de Gestão. O Sr. Anivaldo Miranda pede a suspensão da aplicação

## ATA DA XXVI REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA - REALIZADA EM MACEIÓ/AL 20 E 21 DE NOVEMBRO DE 2014

217 desse questionário. Diz que o questionário da forma que está não afere de fato o desempenho da agência  
218 delegatária. Propõe a suspensão e que os termos para fazer essa avaliação sejam reforçados para que o  
219 comitê tenha possibilidade de opinar, porque da forma que está colocado não reflete os problemas de  
220 relacionamento enfrentados pelo CBHSF. Na sequência, Victor Sucupira informa que houve uma oficina em  
221 Belo Horizonte, com a participação da ANA, agências delegatárias e representantes dos comitês. Foram  
222 discutidos vários assuntos, inclusive os problemas de relacionamento e foram colocadas sugestões de  
223 soluções. Explica que este questionário é uma avaliação mais técnica de acompanhamento direto da AGB  
224 Peixe Vivo e que a meta de reconhecimento social do Contrato de Gestão é avaliada através da nota do  
225 questionário aplicado. Caso ele não seja respondido a nota que a AGB Peixe Vivo irá receber será zero, pois  
226 está na lei e na regulamentação. Propõe que o CBHSF discuta e reveja o questionário e todo o processo de  
227 metas e indicadores e notas e do próprio contrato. Com a palavra, o presidente do CBHSF, retira sua proposta  
228 e fala em criar um grupo de trabalho para discussão sobre o que poderá ser mudado no Contrato de Gestão.  
229 Após suas considerações, o presidente do CBHSF encerra os trabalhos do dia. No dia 21 de novembro de  
230 2014, as 09 horas, iniciou-se o segundo dia de reunião. Na abertura dos trabalhos o secretário, Maciel Oliveira  
231 passa a palavra para o diretor técnico da AGB Peixe Vivo, Alberto Simon, para apresentar as ações executadas  
232 com recursos da cobrança e dar os informes sobre o acompanhamento das ações previstas na Carta de  
233 Petrolina. Este relata sobre a construção da Carta de Petrolina e suas metas. Mostra que a AGB Peixe Vivo  
234 está fazendo o levantamento, com a ajuda da FIEMG que disponibilizou uma estagiária, para atualizar todos os  
235 principais investimentos que foram feitos pelo governo federal. Em cada município foi verificado o que estava  
236 programado, o que foi feito, o que estava concluído, que obra foi terminada, abandonada, quanto de  
237 investimento foi feito em cumprimento a Carta de Petrolina. Fala que houve um maior investimento em sistemas  
238 de abastecimento de água. Informa que o comitê aplicou mais recursos que os próprios ministérios e entes do  
239 governo. No governo federal as verbas são utilizadas em grande parte para sistemas de abastecimento de  
240 água. O segundo maior investimento é saneamento, esgoto, sistema de coleta de lixo. Poucas são as iniciativas  
241 em proteção de nascentes e conservação de mananciais, de áreas degradadas e recuperação. A CODEVASF  
242 que tem investido mais nesta componente. Reitera que este levantamento não está concluído. Na sequência  
243 apresenta as ações executadas com recursos da cobrança pelo uso da água na bacia do São Francisco. Em  
244 relação ao componente de gestão fala sobre a realização das plenárias, encontro dos comitês afluentes,  
245 reuniões das câmaras consultivas, seminário indígena, quilombola, encontro das universidades, oficina de  
246 métricas, seminário de irrigação, criação do dia nacional em defesa do Velho Chico, ações do FPI. Em ações de  
247 planejamento se tem os 26 (vinte e seis) planos de saneamento, sendo que 19 (dezenove) já foram  
248 contratados. Fala também da consultoria para o estudo de vazões. Em ações estruturais fala da implantação  
249 dos projetos hidroambientais. Informa que 25 (vinte e cinco) já foram concluídos e existem novos que estão em  
250 execução e para serem licitados. Fala também da contratação da empresa NEMUS, responsável pela  
251 atualização do Plano Decenal do São Francisco. Agradece a todos e se coloca à disposição. Com a palavra, o  
252 Sr. Athadeu Ferreira fala que a CODEVASF é a maior executora das ações hidroambientais do São Francisco.  
253 Reitera que não se pode mais fazer a intervenção de recuperação de área degradada com recurso público sem  
254 uma garantia da sustentabilidade. Pede que a CODEVASF tenha um espaço na próxima reunião plenária para  
255 apresentar suas ações. O secretário do CBHSF, fala que na próxima reunião a CODEVASF terá um espaço  
256 para apresentação. O Sr. Johann faz algumas observações relativas ao projeto mocambo em Curaçá/BA. Fala  
257 de problemas na mobilização social e metodologia não adaptada a realidade da região. Pergunta quando serão  
258 entregues os relatórios das empresas contratadas e como vai ser a ligação entre o projeto um e o dois. Com a  
259 palavra o Sr. Lessandro Gabriel sugere que os projetos sejam mais divulgados, sugere também que se crie uma  
260 comissão para fazer o editorial dos jornais em busca de uma melhoria da qualidade dos produtos. Na  
261 sequência, o prefeito de Afogados da Ingazeira/PE, Sr. Antônio Patriota, fala que os projetos piloto podem ser  
262 integrados. Fala ainda que as metodologias devem ser adaptáveis para cada singularidade da região. Diz ainda  
263 que o projeto para ser sustentável é necessário que alguns critérios o antecedam. Pede que seja informado o  
264 percentual de execução em relação ao planejamento do ponto de vista financeiro. Para responder aos  
265 comentários, Alberto Simon fala que para garantir a sustentabilidade dos projetos e para conhecer as  
266 especificidades de cada região é necessário que o trabalho do comitê seja atrelado ao trabalho das prefeituras  
267 municipais. O sucesso dos projetos passa pela parceria com prefeituras, associações, câmaras de vereadores,  
268 todas as entidades daquele município, além de ter um pressuposto de sustentabilidade antes mesmo de o  
269 projeto começar. Informa que já foi investido quarenta e cinco milhões desde 2010. O secretário do CBHSF  
270 informa que todos os eventos do comitê terão certificado de participação e passa a palavra para o Sr. Pedro

## ATA DA XXVI REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA - REALIZADA EM MACEIÓ/AL 20 E 21 DE NOVEMBRO DE 2014

271 Bettécourt representante da empresa NEMUS, contratada para atualizar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia  
272 Hidrográfica do rio São Francisco - PRH SF. Este apresenta a empresa e sua experiência, faz considerações  
273 iniciais sobre a atualização do Plano, estratégia de abordagem e sintetiza os principais desafios. O objetivo será  
274 compatibilizar o plano com o quadro atual existente na bacia hidrográfica, o quadro relativo a quantidade,  
275 qualidade da água, planejamento, situações extremas de risco dos recursos hídricos. A empresa deve concluir  
276 o projeto em 18 (dezoito) meses, sendo que o planejamento foi feito em três etapas. A primeira corresponde ao  
277 plano de trabalho, a segunda corresponde a diagnóstico e prognóstico e a terceira corresponde ao plano de  
278 recursos hídricos. O representante da NEMUS cita algumas componentes que são mais significativas nas  
279 análises do plano: população, tratamento de esgoto, coleta de resíduos sólidos, irrigação, setor hidroelétrico,  
280 usos da água, conflitos de uso, impactos no ecossistema, enquadramentos dos corpos d'água, arranjos  
281 institucionais e ações de investimentos. Informa que o trabalho será desenvolvido essencialmente baseando-se  
282 em dados secundários. Diz que um aspecto importante é o envolvimento das comunidades, fala da realização  
283 de 24 consultas públicas e 19 oficinas setoriais. Reitera sobre a importância do recolhimento das informações  
284 junto às instituições e órgãos de governo. Um dos desafios é fazer um plano que seja muito centrado no  
285 problema dos usos múltiplos. Agradece a oportunidade e se coloca à disposição. Após questionamento sobre o  
286 prazo de 18 meses para atualização do plano, o representante da empresa NEMUS, informa que o prazo de  
287 execução foi estabelecido pelo próprio CBHSF. Reitera que as observações apresentadas pela empresa são  
288 iniciais. Na oportunidade, Anivaldo Miranda, diz que houve um longo prazo para se discutir o TDR e que agora  
289 não é o momento. E que esses questionamentos não devem ser feitos para a NEMUS e sim para o CBHSF. O  
290 êxito do plano vai depender do engajamento dos membros do comitê. Após mais colocações em relação a  
291 apresentação, como aprofundamento do estudos dos aquíferos, inserção da revitalização, oferta e demanda  
292 pela água, comitês afluentes como mobilizadores e reuniões nas sedes dos mesmos o Sr. Marcos Antônio,  
293 representante do MPOG, informa que o governo federal no início de 2015 irá elaborar seu plano plurianual, que  
294 contém indicadores, metas e objetivos da administração pública para os próximos quatro anos. Diz que o  
295 governo já percebeu que a questão da água merece um atendimento diferenciado e prioritário no próximo  
296 plano. Informa que o MPOG, junto com a secretaria geral da presidência da república, em março, irão  
297 desenvolver uma série de fóruns envolvendo diversos conselhos nacionais, dentre eles o Conselho Nacional de  
298 Recursos Hídricos. Neste sentido, pede ajuda ao comitê numa participação mais efetiva neste processo. Solicita  
299 que o comitê encaminhe um documento trazendo a visão estratégica, obras e outras medidas institucionais  
300 prioritárias, para auxiliar na elaboração do plano. Dentro da visão de causa, consequência, solução, o que o  
301 comitê recomendaria ao governo federal e estadual. Com a palavra, José Luiz, do Ministério da Integração, fala  
302 que no ministério ele é o ponto focal e Athadeu na CODEVASF. Pedro Bettécourt diz que tomou nota de todas  
303 as questões levantadas e agradece a todos. Na sequência, Maciel Oliveira, coloca em votação a inversão de  
304 pauta, para que a apresentação do Sr. Luiz Dourado ocorra antes da apresentação das CCR. Aprovado por  
305 unanimidade. Em seguida, Luiz Dourado apresenta sobre os projetos do canal do sertão baiano, eixo sul. Diz  
306 que o segundo projeto extrapola a área de atuação da CODEVASF e pergunta se este projeto tem somente o  
307 objetivo de garantir a disponibilidade de água para o abastecimento humano na região de influência. Faz  
308 críticas sobre a condução do processo. Afirma que o projeto atual apresenta um desvirtuamento político  
309 institucional do finalismo do primeiro projeto. Fala ainda que o foco é no projeto salitre de irrigação dinamizando  
310 a expansão da sucroalcooleira Agrovale e que o projeto conspira contra os interesses difusos e coletivos da  
311 bacia afluente. Diz que o projeto original atenderia ao Salitre na sua parte mais necessitada. A transposição só  
312 seria usada quando necessária, não seria contínua e permanente. Finaliza e agradece a todos. Com a palavra  
313 Edison Ribeiro, superintendente de política e planejamento ambiental do governo da Bahia explica que este  
314 projeto foi apresentado em plenária deste comitê e no fórum dos comitês de bacia da Bahia. E que ao governo  
315 da Bahia interessa muito a viabilidade técnica e socioeconômica desses projetos partindo do princípio de que  
316 se precisa fazer reserva de água no semiárido. Fala ainda que foi criado um grupo de trabalho que está  
317 elaborando a política estadual de convivência com o semiárido. Esse mesmo grupo está estudando as  
318 variáveis, as possibilidades, as viabilidades desses projetos no sentido de reservar água e garantir a  
319 distribuição de água e segurança hídrica para o estado. Fala ainda que também concorda que o projeto Salitre  
320 não atende a realidade dos salitreiros. Deve se discutir a integração das políticas para o Salitre, políticas  
321 estruturantes de desenvolvimento. O projeto está sendo estudado e será dialogado com o MI e CODEVASF.  
322 Reafirma que o interesse do governo é discutir toda a viabilidade do projeto e principalmente com as partes  
323 interessadas que são o comitê e a sociedade, que deve ser a maior beneficiada desse projeto. Com a palavra o  
324 Sr. Almacks Luiz presta mais esclarecimentos a respeito do projeto e diz que no novo projeto não irá construir

## ATA DA XXVI REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA - REALIZADA EM MACEIÓ/AL 20 E 21 DE NOVEMBRO DE 2014

325 nenhum dos reservatórios, descritos anteriormente, mas apenas um para que Salvador não caia no problema  
326 de escassez que ocorreu em São Paulo e Rio de Janeiro. Pede que através do comitê a outorga seja revisada.  
327 O Sr. Victor Sucupira informa que na ANA não há nenhum pedido de outorga sobre esse assunto. O processo  
328 será encaminhado a secretaria do comitê para providências necessárias. Dando sequência a reunião, Maciel  
329 Oliveira passa a palavra para os coordenadores das CCR para apresentação. Após a projeção de vídeos sobre  
330 alguns projetos de recuperação ambiental em regiões do Alto São Francisco, Márcio Pedrosa, coordenador da  
331 CCR Alto explana sobre os problemas de escassez hídrica na região e consequências dessa seca, como  
332 problemas socioeconômicos. Ressalta a importância da revitalização. Em seguida, Cláudio Pereira,  
333 coordenador da CCR Médio fala das dificuldades em reunir a CCR no segundo semestre, do sucesso da  
334 campanha “Eu Viro Carranca para Defender o Velho Chico”, reivindica a criação do comitê federal do rio  
335 Carinhonha. Explana sobre algumas ações como seminário quilombola, seminários de entregas de projetos  
336 hidroambientais, planos municipais de saneamento. Fala também dos conflitos pelo uso dos recursos hídricos  
337 na região, da importância dos estudos sobre os aquíferos e sobre os impactos que poderá causar a ferrovia  
338 oeste leste da Bahia (FIOL). Na sequência, Uilton Tuxá, coordenador da CCR Submédio São Francisco protesta  
339 sobre o tempo das plenárias. Acha que o tempo é muito curto para expor os problemas e discussões sobre a  
340 bacia. Fala sobre os projetos ambientais, planos de saneamento básico, reuniões da CCR e ações da  
341 Campanha em defesa do Velho Chico. Em relação do terceiro seminário indígena relata que houve despreparo  
342 da entidade delegatária na compreensão e no conhecimento da pluralidade desse comitê. Reitera que o índio  
343 luta, não para ter privilégios, mas luta pelo respeito à sua cidadania, identidade e cultura. Em seguida, Melchior  
344 Nascimento, coordenador da CCR Baixo, relata sobre as reuniões da CCR, encontro das universidades que  
345 ocorreu na região do baixo e dos projetos hidroambientais. Após as apresentações, Petrolina/PE foi a cidade  
346 escolhida para sediar a próxima reunião plenária do Comitê. Nada mais havendo a tratar, o presidente do  
347 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, Sr. Anivaldo Miranda, encerrou a reunião na qual se lavrou  
348 a presente ata, que será assinada pelo presidente e pelo secretário, após aprovação da plenária. **Anivaldo**  
349 **Miranda**, Presidente do CBHSF. **José Maciel Nunes de Oliveira**, Secretário do CBHSF. Ata de reunião  
350 aprovada na XXVII Plenária Ordinária do CBHSF, realizada em Petrolina/PE em 21 e 22 de maio de 2015.